

A. I. N° - 055862.0005/03-7
AUTUADO - AUTO EQUIPADORA JUNILDO LTDA.
AUTUANTE - EREMITO GONÇALVES DE ROMA
ORIGEM - INFAZ IRECÊ
INTERNET - 28.04.04

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0117-03/04

EMENTA: ICMS. CONTA “CAIXA”. SUPRIMENTO DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Suprimento à conta “Caixa” sem a comprovação de sua origem indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem e o efetivo ingresso dos recursos na referida conta. Foi retificado o levantamento, reduzindo-se o débito originalmente apontado, por se tratar de contribuinte enquadrado no SimBahia. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 28/08/03 para exigir o ICMS, no valor de R\$4.671,05, acrescido da multa de 70%, em decorrência da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de suprimentos de caixa de origem não comprovada.

O autuado apresentou defesa (fls. 46 a 49), alegando que o autuante:

1. “esqueceu de olhar a planilha de substituição tributária que foi feita de todo o estoque e de estouro de caixa referente aos exercícios de 97-98-99-2000, quando o mesmo fez a denúncia de todo o seu estoque com os respectivos estouros de caixa no valor de R\$52.317,96 pagando este imposto em 21 parcelas”;
2. não deduziu, do estouro de caixa, o valor de R\$20.000,00 referente ao capital registrado;
3. deixou de pedir, na intimação, o livro Caixa e sua escrituração fiscal para verificar se os pagamentos foram feitos nos exercícios seguintes.

Por fim, pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 163), contesta os argumentos defensivos, nos seguintes termos:

1. diz que o contribuinte reconheceu a existência de suprimentos de caixa de origem não comprovada, tanto que tratou o assunto como estouro de caixa, embora relacionando-o a pagamento de ICMS por substituição tributária ocorrido em outro período e com valores diferentes dos informados por ele;

2. explica que o autuado denunciou o estoque existente em seu estabelecimento, relativo a mercadorias enquadradas na substituição tributária, em função da mudança na forma de tributação de peças e acessórios para autos (fl. 142), não obstante declarar que não entendeu onde o sujeito passivo obteve o valor de R\$52.317,96;
3. afirma que não deduziu o valor do capital inicial porque a infração foi constatada em exercícios seguintes àquele em que se iniciaram as atividades comerciais do contribuinte;
4. ressalta que, já nos primeiros meses de aquisições de mercadorias, “verifica-se o avanço das mesmas, tendo por fechar com um saldo de estoque declarado na sua IPJ de R\$27.204,00, fls. 41”;
5. aduz que, conforme o documento acostado à fl. 5, solicitou toda a escrituração fiscal e contábil do contribuinte.

Finalmente, alega que se trata de uma “defesa proteladora do pagamento do imposto devido, porque não acrescenta nada que possa alterar o fundamento da ação fiscalizadora, ao contrário fundamenta mais ainda com sua confissão”.

Em face da controvérsia, esta 3ª JF decidiu converter o PAF em diligência à ASTEC (fls. 166 e 167) para que fiscal estranho ao feito verificasse a procedência ou não das alegações defensivas, bem como calculasse o ICMS, relativo ao exercício de 1999, em consonância com o regime simplificado de apuração (SimBahia), tendo em vista que o autuado estava inscrito na condição de microempresa.

O diligente apresentou o Parecer ASTEC nº 013/2003 (fls. 169 a 172), aduzindo que intimou o contribuinte, reiteradas vezes (fls. 175 e 176), a apresentar os livros e documentos relativos aos exercícios de 1998 e 1999, porém não lhe foram entregues os livros Diário e Caixa, bem como o livro Registro de Saídas referente ao exercício de 1999, sob o argumento de que a empresa não os havia escriturado, consoante a declaração fornecida pelo contador à fl. 177 dos autos.

Sendo assim, afirma que os exames ficaram restritos à documentação já carreada aos autos e, portanto, remanescem os valores apontados pelo autuante, os quais não foram contestados pelo autuado, haja vista que os livros Diário e Razão, cujos registros poderiam demonstrar a movimentação financeira do estabelecimento e suprir as informações quanto à cronologia dos pagamentos efetivamente realizados e quanto aos saldos da conta Caixa no final de cada exercício, não lhe foram apresentados.

Quanto às alegações defensivas atinentes ao capital social e à Denúncia Espontânea, ressalta que “não produzem qualquer efeito no fluxo de Caixa levantado pelo autuante, por se referirem a períodos distintos, sem repercussão alguma nos fatos, ora em lide”.

Prossegue dizendo que, conforme solicitado, adicionou o valor do suprimento de caixa de origem não comprovada, apontado pelo preposto fiscal no mês de dezembro de 1999 (R\$16.359,47), à receita ajustada acumulada, nesse mês (R\$34.542,43), resultando na receita ajustada de R\$50.901,90, consoante a apuração simplificada do imposto (SimBahia), calculando, por fim, o imposto mensal a ser recolhido no valor de R\$50,00. Como o contribuinte encontrava-se enquadrado como microempresa 1 (faturamento de até R\$30.000,00), pagando o valor mensal de imposto de R\$25,00, diz que deve ser recolhida a diferença de R\$25,00, no referido mês de dezembro de 1999, pois sua faixa de tributação passou a ser de R\$30.000,00 a R\$60.000,00.

Conclui dizendo que a única alteração possível no levantamento fiscal deve ser o cálculo do imposto devido no exercício de 1999, de R\$2.781,11 para R\$25,00, permanecendo inalterado o débito relativo ao exercício de 1998.

O autuado foi intimado sobre o resultado da diligência (fls. 181 a 184), mas não se manifestou nos autos.

VOTO

O presente Auto de Infração exige o ICMS em razão da constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de suprimentos feitos à Conta Caixa sem a comprovação de sua origem, conforme os demonstrativos do fluxo financeiro da empresa, acostados às fls. 6 e 7 dos autos.

O autuado impugnou a infração, sob o argumento de que o autuante teria cometido alguns equívocos em seu levantamento, o que foi contestado pelo preposto fiscal.

Diante da controvérsia e tendo em vista que o autuado se encontrava inscrito como microempresa (SimBahia) no exercício de 1999, esta 3ª JJF decidiu converter o PAF em diligência, a fiscal estranho ao feito, para que verificasse a procedência ou não das alegações defensivas e a repercussão da acusação fiscal no âmbito da apuração simplificada do ICMS, considerando a jurisprudência assente deste CONSEF.

O diligente informou que, apesar de reiteradamente intimado, o sujeito passivo não lhe apresentou os livros Caixa, Diário (por não terem sido escriturados) e o Registro de Saídas (este referente ao exercício de 1999) e, portanto, se viu impossibilitado de conferir o levantamento fiscal, embora tenha salientado que os valores não foram impugnados pelo autuado.

Quanto às alegações defensivas atinentes ao capital social e à denúncia espontânea, ressaltou o diligente que “não produzem qualquer efeito no fluxo de Caixa levantado pelo autuante, por se referirem a períodos distintos, sem repercussão alguma nos fatos, ora em lide”.

Relativamente ao exercício de 1999, tendo em vista que o contribuinte estava enquadrado no SimBahia, disse que, conforme solicitado, adicionou o valor do suprimento de caixa de origem não comprovada apontado pelo preposto fiscal no mês de dezembro de 1999 (R\$16.359,47) à receita ajustada acumulada, nesse mês (R\$34.542,43), resultando na receita ajustada de R\$50.901,90, passando o imposto mensal a ser recolhido para a faixa de R\$50,00. Como o contribuinte encontrava-se enquadrado como microempresa 1 (faturamento de até R\$30.000,00), pagando o valor mensal de imposto de R\$25,00, afirmou que deve ser recolhida a diferença de apenas R\$25,00, no referido mês de dezembro de 1999, pois a faixa de tributação do autuado passou a ser de R\$30.000,00 a R\$60.000,00.

O trabalho diligencial não foi contestado pelas partes e, dessa forma, acato-o para reduzir o débito referente ao fato gerador de 31/12/99, de R\$2.781,11 para R\$25,00, permanecendo inalterado o débito indicado para o fato gerador de 31/12/98, no valor de R\$1.889,94, considerando que o contribuinte estava inscrito na condição de normal e não apresentou as provas necessárias à desconstituição do crédito tributário.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 055862.0005/03-7, lavrado

contra **AUTO EQUIPADORA JUNILDO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.914,94**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de abril de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO- JULGADORA